

IGREJA E ESTADO NAS MINAS SETECENTISTAS: AS FESTIVIDADES E A AFIRMAÇÃO DO PODER RÉGIO¹

*THE CHURCH AND THE STATE IN THE EIGHTEENTH-
CENTURY MINAS GERAIS: ROYAL FEASTS AND POWER
AFFIRMATION*

*IGLESIA Y ESTADO EN LAS MINAS SETECENTISTAS: LAS
FESTIVIDADES Y LA AFIRMACIÓN DEL PODER REGIO*

Renato Silva Dias²
Jeaneth Xavier Araújo³

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o uso político das festas nas Minas setecentistas, notadamente as alusivas às comemorações de nascimentos, casamentos, exéquias régias, e do Triunfo Eucarístico como forma de afirmação do poder monárquico na capitania das Minas do Ouro. Não que as festas não pudessem ser “lidas” de outras maneiras pela população, pois como espaços de ambiência múltipla, essas poderiam ser reinterpretadas pelos seus habitantes, notadamente pelos escravos africanos, que as liam segundo seus padrões culturais. Contudo, nota-se por parte da coroa – através da ritualização, do uso de símbolos políticos, das encenações do poder e da manutenção da hierarquia social nos cortejos – o desejo de afirmação dos laços de dependência e submissão dos vassallos ao rei, e de construção da imagem do monarca como pai, cabeça do

¹ Este artigo foi desenvolvido com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, sob a forma de financiamento do projeto Entre a regra e a sedição: o cotidiano e os conflitos dos eclesiásticos nas Minas setecentistas, e concessão da Bolsa de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico – BIPDT/FAPEMIG aos autores, pelo que agradecemos. Somos gratos, ainda, pela concessão de bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG ao discente Gustavo Henrique Ramos Silva, dentro do referido projeto.

² Doutor em História (Culturas Políticas) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). É professor da Universidade Estadual de Montes Claros, onde atua no curso de graduação em História e integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em História/PPGH. Bolsista BIPDT da FAPEMIG 2012/2013. Consta, dentre as suas publicações, a coletânea Repensando o Político: poder, trabalho e identidades (Montes Claros: Unimontes, 2012), além de artigos e capítulos de livros. dias.reno@gmail.com

³ Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010). É professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em História/PPGH. Bolsista BIPDT da Fapemig 2012/2013. É autora do livro Os artífices do sagrado e a arte religiosa nas Minas setecentistas: trabalho e vida cotidiana (São Paulo: Anablume, 2013). Email jeanethxavier@gmail.com

reino, aspecto imprescindível à cultura política do Antigo Regime. Acredita-se que a monarquia lusitana se utilizou da política dos afetos na capitania das Minas do Ouro como forma de produzir o que Ansart definiu como “sentimentos políticos conformes”, ou seja, uma relação de dependência, de aproximação da população ao rei, fazendo-os aceitar o seu poder. As comemorações de festas régias demonstram a construção dessa relação simbólica, e política, entre a coroa e a população residente no planalto mineiro setecentista.

Palavras-chave: Igreja, Estado, poder, festas.

Abstract: This article aims to discuss the political use of parties in the eighteenth century Minas Gerais especially related to celebrations of birth, weddings, royal funerals and the Eucharistic Triumph as a way of affirming the monarchical power in the captaincy of Minas of gold. It does not mean that the parties could not be “read” by the population in other ways but as multiple ambience spaces, they could be reinterpreted by the inhabitants especially by African slaves who “read” according to their culture. However, we could notice the Crown’s desire to affirm the ties of dependence and submission of the vassals to the king and the monarch’s image construction as a father, head of the kingdom, the essential aspect of the political culture of the Old Regime through ritualization, the use of political symbols, of the power enactments and maintenance of the social hierarchy in the parades. It is believed that the Portuguese monarchy used politics of affection in the captaincy of Minas Gerais as a way to produce what Ansart defined as “political feelings` line” i.e., a dependency relationship, approaching the king to the population making them accept his power. The celebrations of royal feasts demonstrate the construction of this symbolic relationship and politics between the Crown and the population living in the eighteenth century Minas Gerais plateau.

Keywords: Church, State, power, parties.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el uso político de las fiestas en las Minas setecentistas, especialmente las alusivas a las conmemoraciones de nacimientos, bodas, exequias regias, y del Triunfo Eucarístico como forma de afirmación del poder monárquico en la capitania de las Minas de Oro. No que las fiestas no pudiesen ser “leídas” de otras maneras por la población, pues como espacios de ambiencia múltiple, esas podrían ser reinterpretadas por sus habitantes, especialmente por los esclavos africanos, que las leían segundo sus padrones culturales. Con todo, se nota por parte de la corona – a través de la ritualización, del uso de símbolos políticos, de las escenificaciones del poder y de la manutención de la jerarquía social en los cortejos – el deseo de afirmación de los lazos de dependencia y sumisión de los vasallos al rey, y de construcción del imagen del monarca como padre, cabeza del reino, aspecto imprescindible a la cultura política del Antiguo Régimen. Se cree que la monarquía lusitana se utilizó de la política de los afectos en la capitania de las Minas de Oro como forma de producir el que Ansart definió como “sentimientos políticos conformes”, o sea, una relación de dependencia, de aproximación de la población al rey, haci-

éndolos aceptar su poder. Las conmemoraciones de fiestas regias demuestran la construcción de esa relación simbólica, y política, entre la corona y la población residente en el altiplano minero setecentista.

Palabras-clave: Iglesia, Estado, poder, fiestas.

A ocupação e o sagrado nas Minas

Mesmo antes da descoberta do ouro e de pedras preciosas nos altiplanos mineiros, em finais do século XVII, os bandeirantes que se dedicavam à preação dos “negros da terra” sempre traziam consigo suas imagens devocionais em oratórios portáteis. Após encontrarem as primeiras pepitas douradas, nos rios e córregos da região a que chamaram de minas de Cataguás e sertões de Caetés, inaugurando assim outra era na ocupação do espaço americano – a interiorização da América portuguesa –, eles se puseram a edificar capelas, geralmente com materiais rústicos e técnicas simples, como o pau-a-pique, cobertas de palhas, como seus próprios casebres, e para lá acorriam para render graças ao divino mestre, ao Santíssimo Sacramento e a inúmeras invocações. Passados alguns anos, com a formação dos primeiros núcleos urbanos, essas capelas foram ampliadas ou substituídas por templos maiores e mais duráveis, feitos em taipa de pilão, adobe ou, bem menos usuais, em pedra, a partir de meados do mesmo século.⁴ Além disso, seguindo o costume que trouxeram de Portugal, os fiéis se organizaram em torno das confrarias, irmandades e ordens terceiras, que funcionavam como verdadeiros núcleos catalisadores da sociabilidade mineira setecentista (ALVES, 1999, p. 33).

A partir da transplantação e adaptação dessas instituições caritativas, os fiéis puderam festejar do modo adequado, seguindo os preceitos hierárquicos, mantendo todo zelo e asseio que o culto divino demandava. Assim, as festas do calendário litúrgico eram comemoradas, cruzeiros eram erguidos com grande júbilo nos altos dos morros, sacralizando o espaço profano; a religião ganhava, enfim, grande destaque, agindo como amálgama que conferia senso de identidade, auxiliando, dessa e de outras formas, na organização do corpus social.

As capelas, nesse sentido, tinham papel relevante na época, figurando como “expressão de permanência e assentamento no espaço em meio a um processo de ocupação marcado pelo efêmero e pelo desapego ao lugar” (ANASTASIA, 1999, p. 37). Além disso, serviam como meio de agregação das populações que passaram a convergir para as Minas, vindas em grande número, principalmente das regiões norte de Portugal, com destaque para o Douro e o Minho (GODINHO, 1971). Desse modo, as capelas torna-

⁴ Sylvio de Vasconcellos, em texto clássico, desenvolveu uma tipologia para as construções eclesiais coloniais. Conferir: 1978/9, p. 7-26.

ram-se os núcleos em torno dos quais gravitava a população, sendo, desde o início, como afirmou Caio Boschi, elementos catalisadores, “os únicos estáveis naquela sociedade embrionária”. Assim, por simbolizarem a estabilidade, “as capelas representaram segurança para todos aqueles que arribaram à região das minas” (BOSCHI, 1986, p. 21). Não somente devido à solidez das edificações, ressaltou-se, essas construções tornaram-se verdadeiros símbolos da fé, e os habitantes das Minas não se eximiam de fazer donativos, inclusive em testamentos, para construir seus templos que, no andar do século, tornavam-se cada vez mais suntuosos, porque: “A importância de um povoado e o espírito religioso de seus moradores era demonstrado pela imponência e suntuosidade ornamental das igrejas matrizes” (ÁVILA, 1984).

Entretanto, para muito além do aspecto devocional, tendo em vista a instabilidade da nova fronteira de seu império, mas sabendo da relevância da religião, o rei participava da vida espiritual de seus vassallos, colocando-os sob a proteção de sua capa, concedendo favores, e, de outro modo, compartilhando com eles dos momentos mais sagrados de sua vida, como as festas comemorativas do nascimento, casamento e das exéquias da família real,⁵ desejando com isso informar uma imagem de pai bondoso e caridoso. Mediante o auxílio nas edificações religiosas, e na vigilância devocional, o rei construía a sua própria imagem, aproximando-a, por símile, à do Deus cristão, bom e justiceiro, essencial na época para a legitimação de seu poder (BLOCH, 1993; KANTOROWICZ, 1998). Na Idade Moderna, a justiça desvinculou-se progressivamente do corpo sagrado do rei, contudo, no campo do simbólico, a sua imagem como senhor de justiça e de paz permaneceu (SUBTIL, 1993, p. 157) e, como afirmou Manuel Hespánha, o Estado de Hobbes ainda não se havia produzido; então, no campo do simbólico, o povo via no rei a representação do pai celestial (HESPANHA, 1986, p. 528).

Neste artigo, deseja-se discutir o uso político das festas nas Minas setecentistas, notadamente as alusivas às comemorações dos nascimentos, casamentos, das exéquias régias, e a comemoração do Triunfo Eucarístico, como forma de afirmação do poder monárquico na capitania das Minas do Ouro. Não que tais festas não pudessem ser “lidas” de outras maneiras pela população, pois, como espaços de ambiência múltipla, essas poderiam ser reinterpretadas pelos seus habitantes, notadamente pelos escravos africanos, que as vivenciavam segundo seus padrões culturais.⁶ Contudo, nota-se, por parte da Coroa – por meio da ritualização, do uso de símbolos políticos, das encenações do poder e da manutenção da hierarquia social nos cortejos – o desejo de afirmação dos laços de dependência e submissão dos vassallos ao

⁵ As exéquias eram as últimas homenagens prestadas ao rei morto, o mesmo que honras fúnebres (BLUTEAU, 1712-1721).

⁶ Sobre a apropriação das festas religiosas pelos escravos e descendentes, conferir: DIAS, 2011, p. 114-125.

rei, e de construção da imagem do monarca como pai, cabeça do reino, aspecto imprescindível à cultura política do Antigo Regime. Acredita-se que a monarquia lusitana se utilizou da política dos afetos na capitania das Minas do Ouro como forma de produzir o que Ansart definiu como “sentimentos políticos conformes”, ou seja, uma relação de dependência, de aproximação da população ao rei, fazendo-os aceitar o seu poder. As comemorações de festas régias demonstram a construção dessa relação simbólica – e política – entre a Coroa e a população residente no planalto mineiro setecentista.

O Padroado Régio e a construção do poder régio

No início da época Moderna, a Igreja Católica, em Portugal, tornou-se dependente da Coroa. Por meio da concessão de uma série de direitos e de deveres transferidos pelo papado aos monarcas lusitanos, confirmados em bulas e breves pontificais,⁷ o rei tornou-se o grão-mestre da Ordem de Cristo – congênera mais rica, atuante e prestigiosa das ordens militares que combatiam nas Cruzadas (AZEVEDO, 1978, p. 23). Por meio do Padroado Régio, os príncipes de Portugal tornaram-se os patronos das missões e instituições eclesiais católicas em África, Ásia e Brasil, firmando-se, dessa forma, como responsáveis pela conversão espiritual dos povos colonizados (BOXER, 2002, p. 257-8). Além disso, decidiam sobre a criação de novas dioceses e igrejas, definiam suas fronteiras, indicavam os candidatos aos bispos, cobravam o dízimo,⁸ um dos principais tributos na época, bem como dependia da aprovação régia a indicação dos vigários e religiosos para as paróquias e freguesias. Os monarcas lusitanos deveriam, ainda, cuidar do bom funcionamento da administração religiosa, remunerando os vigários através da cômputa régia, permitindo ou vetando os pedidos para a construção, reforma e ampliação de novos templos; o controle da música; a aprovação das irmandades, das festas, tudo dependia do crivo régio, através da Mesa de Consciência e Ordens, departamento da administração portuguesa que zelava pelos assuntos religiosos (BOXER, 2002, p. 257-8).⁹

A política de D. João V perpassou a sociedade em diversos níveis, dentre eles estavam os negócios da fé. O soberano se fazia representar em diversos momentos na vida religiosa em seu império ultramarino, coibindo

⁷ Destaca-se a bula *Inter Coetera*, do papa Calisto III, de 1456, *Praecelsae Devotionis*, de 1514, e finalmente, a sua ratificação pelo papa Júlio II, na bula *Praeclara Carissimi*, de 1551 (AZEVEDO, 1978, p. 23).

⁸ Segundo Vitorino Magalhães Godinho, no século XIX, as rendas eclesiais em Portugal se equiparavam aos impostos diretos; em 1832, no Algarve, aquelas atingiram o montante de 66 e 67 contos, enquanto estes ficaram por 72 contos (GODINHO, 1971, p. 89).

⁹ Sobre o padroado régio, conferir: HOLANDA, 1981, p. 84-5; PRADO JÚNIOR, 1977, p. 321-333.

o desregramento dos padres, regulando as taxações eclesiásticas, expulsando religiosos desnecessários ou inconvenientes, auxiliando as irmandades na reforma de igrejas e capelas, indispensável para a manutenção do “asseio” do culto divino, e na organização das festas civis e religiosas. No entanto, essa associação não se deu exclusivamente pela devoção extremada do rei que, ao se imiscuir na vida religiosa, procurava também ordenar e controlar aquela sociedade, tanto no cotidiano quanto na construção de seu poder régio. Se a religião se fazia presente e atuante em amplas esferas do social – e podia constituir-se em um dos domínios do político –, tornava-se importante, para assegurar a governabilidade, manter o seu comando. Como bem lembra Caio Prado Júnior (1977, p. 329), o Estado nunca se eximiu desse controle.

Praticamente, como uma constante sociológica, o cristianismo elaborava e difundia padrões de moralidade social, fazia proferir advertências, as quais se tornavam deveres de consciência para os fiéis, que se submetiam às mesmas. Além de mensagens, como o discurso da não-violência, da obediência às hierarquias, da moral sexual, regulada por meio do casamento, forma de controlar a libido e, na sua dimensão política, a redução da violência coletiva, o cristianismo veiculava padrões aceitáveis para a socialização e para a convivência comunitária. Por meio dos rituais, como o batismo e o casamento, nas festas religiosas, buscava-se reproduzir um modelo de padrão social ajustado ao controle social. As mensagens religiosas emitidas pela Igreja não podiam ser veiculadas senão por expressões culturais próprias a cada época (COUTROUT, 1996, p. 334). Então, como veículo de difusão dos modelos culturais europeus no Novo Mundo, e diante do domínio da escrita e do monopólio de verdades assumidas como universais, a Igreja assume o papel de propagadora da cultura europeia, e, entre suas expressões, as suas “visões de mundo”, os parâmetros de administração, ética e moral. Devem ser destacados, como veículos de divulgação religiosa e política, os sermões e homilias (VILLARI, 1992; CARRATO, 1968, p. 29). É importante frisar que, em época na qual a maior parte dos homens não sabia ler ou escrever, a cultura oral tinha um papel relevante na divulgação de mensagens políticas.

Além disso, se a Igreja Católica estava sob a tutela real, seria impensável que sua organização e seu andamento questionassem os conceitos que sustentavam a monarquia: a hierarquização social, baseada em critérios como “nobreza” e “etnia”, e o poder do rei, que era construído e reafirmado pelos eclesiásticos. Para a divulgação de valores culturais e políticos convenientes à Coroa, condição essencial era a vigilância dos responsáveis pela direção da Igreja, dos bispos aos párocos, capelães e missionários. Através da exegese dos textos canônicos, da ascendência moral sobre a população, os funcionários dessa “empresa de economia de salvação” tanto divulgavam o conteúdo doutrinário quanto valores sociais (WEBER, 2000, p. 294). Como zeladores da moral e responsáveis pelas atividades exercidas no âmbi-

to da coletividade, os sacerdotes podiam fazer crer em uma “ordem natural” (COUTROUT, 1996, p. 337).

Outra coluna mestra que sustentou o catolicismo foi a sedimentação e preservação de um padrão para os relacionamentos afetivos por meio do casamento religioso. Com base no modelo da família monogâmica difundido pela Igreja, conceitos como virtude, honra, padrão de moralidade sexual nela introduzidos reproduziam a obediência da mulher ao esposo e dos filhos aos pais, um arquétipo que se repetia socialmente, o que deveria tornar o padrão hierárquico e a obediência virtudes naturais e não questionáveis (COUTROUT, 1996, p. 334). Se, para o governador André de Melo e Castro, a Igreja formava o melhor vassalo, para a monarquia, o casamento estabilizava, pois os homens tomavam maior “amor à terra”.

Notícias de festas régias nas Minas setecentistas

Para a análise das festividades necessárias à teatralização da vida e da morte dos monarcas e nobres portugueses, e do seu mimetismo na capitania das Minas do Ouro, pode-se pensar nos escritos de José Antonio Maravall sobre a sociedade espanhola. Esse autor ressalta que os executores das armações efêmeras,¹⁰ para as festividades organizadas em função da monarquia no século XVII, serviam-se, de preferência, dos materiais precários, como gesso, cera, papelão, papel, e tecidos. E, quanto mais plásticos fossem, melhor seria o efeito visual alcançado nessas arquiteturas fingidas (MARAVALL, 1997, p. 382).

As monarquias ibéricas celebraram ostentadamente suas datas marcantes, e, entre os autores dedicados ao estudo da monarquia portuguesa, defende-se o pressuposto de que teria sido no período joanino, de 1707 a 1750, os anos mais favoráveis às artes e às letras, como também o momento de esplendor das arquiteturas efêmeras ou fingidas em Portugal. Para fazer justiça às suas pretensões, D. João V não poupou esforços nem recursos para superar a si mesmo e aos demais monarcas europeus. Artistas qualificados, como o arquiteto centro-europeu Johann Friedrich Ludwig (1673-1752) ou o escultor francês Claude Joseph Courrat Laprade (1682-1738), transformaram em realidade os ideais de grandeza do monarca. Ambos executaram importantes trabalhos em Portugal, e, em várias ocasiões, foram convocados

¹⁰Entende-se por arte efêmera todas as manifestações materiais idealizadas para exprimir publicamente as celebrações da Igreja e da monarquia. Tiveram, no contexto em foco, o objetivo de dar vida a uma comemoração, logo, não havia necessidade de perenidade em suas formas visuais, razão pela qual os materiais empregados na confecção desses cenários eram, em sua maioria, frágeis, e perecíveis. Essa modalidade artística abrangeu desde arcos e carros triunfais, esculturas em gesso ou cera, tribunas e varandas construídas sobre palanques, até mesmo formas arquitetônicas aparentemente mais duráveis, como palácios, idealizados e construídos exclusivamente para servirem de cenário a determinado momento festivo (PEREIRA, 1989).

para elaborar cenários efêmeros para as comemorações régias e festividades promovidas pela Igreja (BEBIANO, 1987, p. 130).¹¹

Para exemplificar as majestosas armações efêmeras construídas para celebrar a glória do Império lusitano, cita-se o “palácio-suspenso” sobre o rio Caia, na fronteira entre Portugal e Espanha, cujo propósito era servir de cenário para as solenidades de casamento entre os descendentes dessas duas Coroas ibéricas. Essa cerimônia ficou conhecida como a “troca das princesas”, em decorrência do duplo casamento entre os filhos de D. João V com os filhos de Filipe V. Da parte portuguesa, D. José – futuro D. José I – casou-se com a princesa D. Mariana Vitória de Bourbon, em 27 de dezembro de 1727. Por sua vez, pelo lado espanhol, o príncipe das Astúrias – D. Fernando, filho de Filipe V e futuro Fernando VI de Espanha – casou-se com a filha de D. João V, D. Maria Bárbara de Bragança, no dia 11 de janeiro de 1728 (BEBIANO, 1987; TEDIM, 2000, p. 174-193).

Além das festividades pelos nascimentos e casamentos régios, construíram-se os aparatos efêmeros destinados às celebrações das exéquias reais e da alta nobreza. Artistas de renome foram mobilizados, tanto para executarem monumentos em homenagem aos falecidos ilustres quanto para prepararem as cerimônias fúnebres que se realizavam no interior das igrejas. Dessas celebrações, algumas gravuras restaram e circularam como modelos a serem seguidos pelos artistas, que deviam cumprir um programa previamente estabelecido. Citam-se as exéquias por ocasião do falecimento de D. João V, em 1750, quando todo o Império português lamentou ritualmente a morte do monarca. Além de Portugal e seus domínios, também em terras italianas, na igreja de Santo Antônio dos Portugueses, em Roma, ergueram-se armações efêmeras em homenagem ao rei magnânimo, é o que demonstra o texto esclarecedor de Robert Smith (1955, p. 123-156).

José Antonio Maravall chama a atenção para o uso político das festas, tanto as promovidas pela Igreja, como era o caso das procissões, mas, principalmente, as festas patrocinadas pela monarquia. Em seu julgamento, os nobres entenderam muito cedo que festejar era o melhor meio para agradar aos súditos, razão pela qual não pouparam esforços nem recursos e mobilizaram os melhores artistas para arrebatar as multidões e ganhá-las, por meio do apelo visual fortemente empregado nesses aparatos. As celebrações tinham seus cenários decorados com a arte efêmera, contavam com a assistência dos nobres e súditos, ocasiões essas estrategicamente valorizadas pelos príncipes, quando, então, eles também prestigiavam as encenações públicas com sua presença e a dos demais membros da família real e corte (MARAVALL, 1997).

Mas, se a afirmação sobre a erudição de muitos pintores, escultores, e principalmente arquitetos é válida para a Itália, Espanha, Portugal, não é

¹¹ Consultar ainda o verbete Claude Laprade, in: PIMENTEL, 1989, p. 253-257; e o verbete João Frederico Ludovice, in: PEREIRA, 1989, p. 265-269.

menos para a capitania das Minas do Ouro. Se, em um primeiro momento dos estudos sobre a arte que aqui se fazia, acreditou-se que essa era realizada apenas por artistas desqualificados que migraram, principalmente de Portugal, por não possuírem clientela satisfatória em seus países de origem, ou que a arte ibero-americana era executada majoritariamente por mão de obra escrava, os estudos atuais comprovam a meia verdade dessa afirmação. Provas para a refutação desse pensamento encontram-se nos inventários e testamentos de alguns arquitetos, engenheiros-militares, escultores e pintores que viveram e trabalharam em solo americano. Para a primeira metade do século XVIII, em Minas Gerais, cita-se a expressividade alcançada por Francisco Xavier de Brito, escultor, entalhador e arquiteto, nomeado pela câmara municipal de Vila Rica, em 1750, para dirigir os preparativos para as exéquias de D. João V, na mesma vila.

José Antonio Maravall acredita que, ao contrário do Renascimento – em que a festa foi uma manifestação do prazer pela vida –, no Barroco europeu, dominou um sentimento geral de tristeza e crise. Nesse sentido, o autor afirma que, no século XVII espanhol, a pompa e o artifício serviram muito mais para demonstrar a grandeza e lugar social dos seus patrocinadores. As formas e os elementos naturais foram artificializados à exaustão, pois, quanto maior o emprego do artifício visual e sonoro, melhor e mais famoso se tornava seu executor: pintores, escultores e demais oficiais mecânicos, e também aqueles que se dedicavam ao ofício da palavra, como sermonistas, poetas, dramaturgos e escritores.

No pensamento de Souza Viterbo, a Igreja rivalizava com a corte no esplendor das cerimônias. As procissões tinham um caráter profano e mitológico, e as divindades pagãs estavam presentes nesses cortejos. Baco, deus do vinho, reaparecia pelas mãos dos mercadores de vinho e taverneiros, na procissão de Corpus Christi da cidade do Porto. A dança era igualmente um elemento indispensável nas festas cerimoniais (VITERBO, 1920, p. 242-3).

Aspecto importante, quanto à organização dessas solenidades na América portuguesa, é que, assim como os religiosos recebiam os emolumentos pelos serviços prestados nessas cerimônias, também os oficiais da governança auferiam propinas por sua participação nesses momentos solenes que diziam respeito à vida da comunidade. Todos eles queriam alcançar benefícios, às vezes, pela simples presença nesses eventos oficiais, e mesmo aqueles que não tinham direito, frequentemente procuravam obter o mesmo ganho.

Para ilustrar essa realidade, pode-se observar a resposta de D. João V, datada de dezembro de 1727, e endereçada a D. Lourenço de Almeida, na qual o monarca indefere pedido de propina feito pelo bacharel João Pacheco Pereira, como juiz conservador da moeda pela ocasião do duplo consórcio régio, de 1727 e 1728, entre seus filhos e os filhos de Filipe V da Espanha. O monarca, pelo Conselho Ultramarino, mandou averiguar se, na corte,

em ocasiões semelhantes, o juiz conservador da Casa da Moeda recebia propinas. Como a resposta foi negativa, o monarca negou a concessão desse benefício ao ocupante do mesmo cargo na capitania das Minas do Ouro. Constata-se que, para muitas das decisões régias, a precedência era levada em consideração (RAPM, 1979, p. 262).

A visualização dessa política de aproximação da população pode ser percebida também nas celebrações festivas dos nascimentos, casamentos e funerais régios. Qual teria sido o intuito da monarquia ao informar, nas mais longínquas paragens de seu vastíssimo império, o nascimento de um príncipe regente ou os esponsais régios? Por que dar ordem de se comemorar com grande júbilo esses eventos (geralmente por três dias) ou, no caso específico da morte de D. João V, para se noticiar o luto por seis meses, senão para manifestar a esses povos o seu pertencimento à grande família real, ao corpo simbólico do rei e, conseqüentemente, ao Estado? Não seria essa uma forma de manifestação simbólica do poder régio e de fundação ou reconstrução de vínculos entre as partes?

Momento de descanso, o dia festivo propiciava, em certo sentido, a rememoração, nas Minas, da vida nas cidades portuguesas e de uma tradição antiga, ao mesmo tempo em que construía e afirmava uma nova identidade. Como para as Minas se dirigiram, em busca de riquezas, pessoas de todas as regiões, mas, sobretudo, portugueses e escravos africanos, essas festas, como as demais festas religiosas, eram criadas para a formação e reestruturação das hierarquias sociais, para se reafirmar os laços de dependência ao rei, criando uma relação emocional e uma afirmação de pertencimento ao corpo simbólico do Estado (ANSART, 1983, p. 32).

Anunciados de forma especial, ao som de tambores, os festejos régios renovavam os vínculos e a relação afetiva dos habitantes com seu rei. Nesses momentos de extrema significação social, as fachadas das residências, edifícios públicos e igrejas eram caiadas, lâmpadas de azeite eram acesas; o Senado da Câmara encomendava a música e os fogos, que transformavam “a noite em dia”, como nos dizem os relatos da época. Também eram produzidos arcos triunfais e armações efêmeras, além de se ordenar a decoração das ruas principais. Nessas festas, os signos reais simbolizavam toda a glória e majestade do rei, e a própria vila passava a ser incorporada simbolicamente aos seus domínios, reeditando as grandezas do monarca na América portuguesa.

Muitos eventos festivos que, a priori, não tinham nenhuma relação com as Minas, repercutiam na capitania, o que se percebe como uma forma de afirmação do poder. Faziam-se pedidos de doações para as festas nos compromissos matrimoniais da casa real e para o dote de princesas,¹² do mesmo modo que havia ordens para que se comemorassem o nascimento de

¹²A esse respeito, conferir: Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo (Seção Colonial), códice 05, fl. 130. Doravante, empregar-se-á a sigla SC seguida do número do códice.

príncipes e os casamentos régios. Em carta de 24 de setembro de 1723, D. João V escreveu ao governador das Minas, informando-o de que:

Hoje foi Deus servido por sua divina bondade dar a estes Reinos mais um Infante, e porque esta notícia será de grande contentamento para todos os meus vassallos vos participo para que festejeis com aquela demonstração de alegria militares com que sempre se celebrou semelhante felicidade [sic]. (SC-20, fl. 66)

No sexto dia do mês de maio de 1726, tendo sido ajustados os casamentos entre o príncipe herdeiro de Portugal com a infanta dona Maria Anna Vitória, filha dos reis católicos, e da princesa dona Maria com o príncipe das Astúrias, também herdeiro de Espanha, o governador D. Lourenço de Almeida editou um bando, informando à população, “a som de caixas”, o ocorrido, e ordenou a “toda a pessoa de qualquer qualidade que seja [...] que ponha luminárias em três noites sucessivas” (SC-27, fl. 20v-21).

Aos 15 de janeiro de 1728, D. João V enviou outra carta ao governador, na qual informou com grande contentamento que:

Havendo-se celebrado o matrimônio do Príncipe meu sobre todos muito amado e prezado filho com sereníssima Princesa Dona Maria Anna Vitória, filha de El Rei Católico meu bom irmão e primo, no dia 27 de dezembro do ano passado e o da Princesa Dona Maria minha muito amada e prezada filha com o Sereníssimo Príncipe das Astúrias, filho do mesmo rei católico, no dia onze do presente mês; e sendo estas notícias de tão grande contentamento para todos os meus vassallos é justo que como tais se festejem com todas as demonstrações de alegria que forem possíveis vos ordeno que nesta Capitania se façam salvas e luminárias e o mais que é costume em semelhantes ocasiões. (RAPM, 1979, p. 267. Grifo nosso)

Quatro meses mais tarde, em maio de 1728, D. Lourenço remeteu outra mensagem a todas as câmaras da capitania, transmitindo as determinações régias contidas na carta datada de 15 de janeiro, transcrita parcialmente na citação acima, que seria para se “festejar pelas Câmaras dessas Vilas, e povos [segundo] a forma com que se celebraram aqueles atos e os festejos que nesta corte e na de Madrid se fizeram e assim vossa mercê na forma do estilo farão logo todo o festejo costumado” (SC-17, fl. 173-173v).

A divulgação de notícias de festas pelo nascimento de um príncipe ou de um casamento régio era prática usual no período, estendendo-se mesmo até o século XIX. Em cumprimento a um ofício, provavelmente do governador, a Câmara de Sabará fez lavrar editais, publicados na vila e nos lugares mais populosos do termo, determinando a iluminação festiva durante três dias: “em sinal de contentamento que tínhamos pela feliz notícia de se achar

o casamento de sua Alteza Real o senhor Dom Pedro com a sereníssima Arquiduquesa da Áustria” (RAPM, 1905, p. 722).

A festa do Triunfo Eucarístico em Vila Rica

Outro grande momento festivo celebrado nas Minas do século do ouro, mas agora no âmbito eclesiástico, foi a festa do Triunfo Eucarístico, ocorrida na sede da capitania de Minas Gerais, Vila Rica, em 1733. Sua motivação foi o traslado do Santíssimo Sacramento, pertencente à matriz de Nossa Senhora do Pilar, cujo depósito encontrava-se na capela de Nossa Senhora do Rosário, pelo fato de a primeira encontrar-se em reforma. Esse acontecimento pode ser analisado sob a ótica do poder, uma vez que sua narrativa deixa explícito, como objetivo, informar a “toda a cristandade e aos infieis” a glória do catolicismo e, ao mesmo tempo, do Império português.

Em descrição especialmente detalhada, pode-se observar o esforço empregado por Simão Ferreira Machado, seu autor, em fornecer uma visão fiel aos acontecimentos. Assim como nas festividades foram figurados elementos pertencentes às heranças grega e romana, o narrador destes acontecimentos também recorreu à Antiguidade Clássica, em seu texto, buscando exatidão na descrição da solenidade de 1733, tendo ainda a preocupação em oferecer ao leitor a mais completa ideia do fausto e luxo presentes naquela ocasião.

Dois fatos são dignos de nota: primeiro, o texto do Triunfo Eucarístico traz, no seu frontispício, a dedicatória a Nossa Senhora do Rosário, “pelos irmãos pretos da sua irmandade e a instância dos mesmos exposto à pública notícia”, cujo templo abrigou o Santíssimo Sacramento enquanto ocorreram as reformas na matriz do Pilar. Segundo, como pode ser observado nas demais solenidades religiosas (e mesmo seculares) do século XVIII e anteriores, respeitou-se a ordem anagógica, isto é, a hierarquia, no sentido ascendente, para a saída dos irmãos durante o cortejo pelas ruas de Vila Rica.¹³ Assim, o próprio Santíssimo Sacramento e o governador da capitania foram precedidos pelas irmandades da vila:

Detrás dele [do Pálio que abrigava o Santíssimo Sacramento] vinha o Conde das Galvêas, Governador destas Minas, com toda a Nobreza Militar, e literária da Vila, e de outras partes, e o Nobre senado da câmara. Seguia-se logo a Companhia de Dragões governada pelo seu Tenente, e os soldados das duas tropas, todos em boa ordem, e com a mesma deram três cargas de mosquetaria depois de recolhida a procissão. (MACHADO, 1967, p. 110)

¹³Referências obrigatórias no tocante à temática do Triunfo Eucarístico são os estudos empreendidos pelo poeta, historiador e ensaísta Affonso Ávila, divulgador do texto entre o público especializado. Assim também os escritos da professora Adalgisa Arantes Campos, autora de vasta publicação sobre a pompa barroca e festividades nas Minas. Conferir: ÁVILA, 1967; 1994; CAMPOS, 1996, p. 111-122; 1990/92, p. 461-467; ARAÚJO, 2008.

Ou seja, nota-se que a hierarquia era um elemento indispensável, pois, através da ritualização do cortejo, fazia-se com que todos a percebessem como natural e aceitassem seus “lugares sociais”, e, acima de tudo, o lugar das autoridades coloniais, representantes do rei.

Simão Ferreira Machado destaca o fausto propiciado pelo ouro, quando a pompa religiosa teria alcançado maior visibilidade nas solenidades realizadas, por vários dias, em louvor ao retorno do Santíssimo Sacramento ao templo de origem. No termo de autorização para a publicação, escrito pelo frei Fernando de Santo Antônio, em que esse cancela a impressão da narrativa escrita por Simão Ferreira Machado, constou:

que se perpetue na lembrança este circunspeto exemplar daqueles católicos moradores, e que se estampe este Triunfo, e este resplendor lusitano, para que esta exaltada memória sirva de gosto, e alegria a toda a Igreja, e a todos os portugueses; de pasmo, e assombro a todos os infiéis; de admiração a todas as gentes; e de glória à aquele Provedor, e mais oficiais, e a todos os moradores paroquianos de Vila Rica. (MACHADO, 1967, p. 112. Grifo nosso)

“Perpetuar a lembrança” do triunfo da Igreja e o resplendor lusitano: esse era, não no pormenor, mas o objetivo a ser alcançado pela festa. Era necessário fixar na memória a vitória da religião, motivo de admiração “a todas as gentes”, de assombro aos infiéis, e ainda mais, de gosto a todos os portugueses. Pode-se perceber, nas entrelinhas, um aspecto simbólico da festa: a de exaltação da Igreja e também da monarquia lusitana.

Para anunciar a festividade, nos seis dias anteriores, a Câmara de Vila Rica ordenou o uso de luminárias cobrindo toda a vila, até o atual bairro de Padre Faria, e, no sexto dia, iluminou-se o Morro do Paschoal.¹⁴ Já em 1807, o advogado Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos ofereceu testemunho sobre as festividades de Vila Rica, dizendo que nada era comparável às vistas dos morros em dias de espetáculos públicos, corroborando, portanto, a impressão de Simão Ferreira Machado, em 1733, como se observa a partir da citação abaixo:

Fica o curro na praia de Ouro Preto e sobranceiro ao morro, que pega dela outros paralelos e os de em torno. Por todos eles, e principalmente pelo primeiro, se divisam palanques separados, uns compostos de sedas, outros de chitas, de diversas cores, e o resto das folhas dos campos, os intervalos até as eminências enchem pessoas de diversos sexos, cujas roupas, variando de cores, trazem aos olhos uma vária perspectiva que deita. A população das suas paróquias sobe de onze a doze mil almas. (VASCÓNCELOS, 1994, p. 80)

¹⁴Refere-se a Paschoal da Silva Guimarães.

O cortejo do Triunfo Eucarístico foi composto pelos irmãos terceiros ou leigos, hierarquicamente divididos em irmandades de brancos ricos, brancos pobres e irmandades de mulatos e escravos. Na cerimônia processional, os membros das confrarias figuraram como cristãos ou turcos, fazendo uma clara alusão às disputas entre cristãos e mouros. Nessa passagem, o narrador Simão Ferreira Machado explicitou a intenção de se reafirmar a vitória da cristandade contra os infiéis. A esse cortejo, seguiu-se a representação dos “quatro ventos, norte, sul, leste, oeste, vestidos à trágica”. Na sequência, desfilaram as figuras mitológicas das ninfas, da fama e de Mercúrio. Outra personagem representada foi a cidade de Vila Rica, como também um alemão “vestido à castelhana”. Posteriormente, desfilaram as personificações dos planetas, do sol e da lua. Todas essas figurações compunham os carros triunfantes, que foram conduzidos pelas ruas de Vila Rica:

Estavam nas ruas em distancia competente cinco elevados arcos, [...] um destes fabricado em cera, na vulgar matéria, pelos empenhos da arte, fez nos juízos lugar à competência, nos olhos teatro à vitória dos esplendores do ouro, das luzes dos diamantes. (MACHADO, 1967, p. 110-115)

Simão Ferreira informa que todos esses carros anteciparam-se à representação da matriz do Pilar, como uma clara referência à vitória da religião católica contra o paganismo. Sucederam os desfiles dos irmãos das respectivas irmandades: Santíssimo Sacramento, São José dos Homens Pardos, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Santo Antônio de Lisboa, São Vicente Férrer, São Gonçalo do Amarante e Nossa Senhora do Rosário dos Brancos. As irmandades da vila desfilaram processionalmente nessa solenidade, como também suas respectivas imagens e andores. Pode-se notar, ao se observar a descrição das irmandades, com suas imagens processionais e andores, a riqueza e suntuosidade empregadas nas vestimentas dos irmãos, como também o fausto decorativo empregado nas esculturas dos santos e andores correspondentes.

Chegando o cortejo à matriz do Pilar, o Santíssimo Sacramento foi solenemente colocado em altar especialmente construído para a ocasião. Seguiram-se três dias de missa, ou tríduo; no quarto dia, do lado externo, próximo à matriz, festejou-se com fogos de artifício, por sugestão do padre jesuíta Diogo Soares, que também colaborou com as celebrações religiosas. Na arena exterior, tanto o governador quanto os “homens bons” e a população como um todo tiveram a oportunidade de assistirem às cavalcadas e à encenação de três comédias: *El secreto*; *El príncipe prodigioso*; *El amo criado*, como também se realizaram touradas. Essas comemorações faziam parte da encenação do poder, e, em Lisboa, comumente contavam com a presença do monarca e de seu séquito na plateia, numa clara personificação

da força e autoridade. Simão Ferreira Machado encerra sua descrição exaltando a prodigalidade nos gastos realizados pelos moradores de Vila Rica para a exaltação da fé católica.

Ao se considerar a exemplaridade dos festejos do Triunfo Eucarístico de 1733, verifica-se que a retórica barroca, em seus elementos persuasivos, fora empregada pelo Estado absolutista, e, obviamente, pela Igreja. Sua estrutura foi elaborada a partir do uso de técnicas para a produção de um discurso imbuído de um conteúdo político e religioso. Essa mentalidade barroca pode ser observada na linguagem dos textos escritos, a exemplo da obra do português Simão Ferreira Machado, assim como nos vários sermões pregados nas Minas. Já na pintura, valorizou-se a perspectiva ilusionista, ou o trompe l'oeil, observável, por exemplo, nos forros das naves de muitas igrejas mineiras, executados em finais do século XVIII e inícios do XIX.

Affonso Ávila defende que os homens, no período barroco, possuíam uma mentalidade providencialista, com sujeição da vida secular às instâncias sobrenaturais, fator que explicaria as exorbitantes despesas com o sagrado e a riqueza material posta a serviço da religião (ÁVILA, 1994). Gastava-se com a construção de templos e de cenários efêmeros, como arcos e carros triunfais, bem como em altares, festas comemorativas dos casamentos da família real, além de funerais e missas fúnebres. Mesmo se o católico não fosse praticante dedicado, com a vida voltada para a abnegação e a caridade, na hora de morrer era comum fazerem doações para garantir bom lugar no além (CAMPOS, 1996, p. 111-122; 1990/92, p. 461-467).

No tocante às doações pias, paradigmático é o testamento do potentado Antônio Ramos dos Reis. Falecido em 1762, ele era capitão-mor de Vila Rica, e declarou, em testamento, que, sendo viúvo e não tendo filhos, deixava a “sua alma” como única e universal herdeira, com um saldo de 1.500 missas, além de generosas doações pias. Durante sua vida, nas Minas, ele acumulou grande fortuna e era também o maior proprietário de escravos da vila (VEIGA, 1998, p. 377). Em 1730, esse capitão-mor foi listado na documentação da Câmara Municipal de Vila Rica como um dos contribuintes ao real donativo, e seu nome também aparece entre os recenseados do distrito de Ouro Preto (CMOP-26, fl. 2v).

Ainda de acordo com o pensamento de Affonso Ávila, Minas Gerais, no século XVIII, foi uma sociedade caracterizada pelos pressupostos contra-reformistas, com suas inquietações místico-existenciais. As solenidades religiosas testemunharam o fausto através da rica ornamentação dos templos, onde o ouro serviu para revestir altares e estofar imagens, fruto da ambição material e salvo-conduto para a vida espiritual. Configurou-se, ali, um modo de vida que extrapolou o senso estrito dos estilos artísticos nacional português, D. João V e Rococó. O mesmo autor discutiu, ainda, o vínculo entre política colonizadora e fé, afirmando que a Igreja impôs sua hierarquia nas

Minas, ao promover o Triunfo Eucarístico, doze anos antes da criação oficial do bispado de Mariana (1745). É bom lembrar que foi somente em 1748 que D. frei Manoel da Cruz, primeiro bispo a ocupar seu lugar no sólio de Mariana, após longa e penosa viagem, partindo da cidade de São Luís, no Maranhão, chegou às Minas para tomar posse do bispado recém criado.

Torna-se importante observar que esse modo de vida não se restringiu às Minas setecentistas, mas teria caracterizado a cultura barroca. Para José Antonio Maravall (1997), ele abrangeu toda a cristandade ocidental dos séculos XVII e parte do XVIII. Na Europa, o Barroco, como estrutura histórica, foi fenômeno do século XVII e segundo muitos estudiosos, a Espanha foi o Estado mais barroco dentro da tradição católica. Já na Ibero-América, esta cultura de época avançou sobre o século XVIII. São elucidativos os estudos de Ramón Gutiérrez (1995), ao analisar acontecimentos semelhantes na América espanhola, particularmente, em países como o México e Peru. Foram comuns as obras literárias para recordação dos acontecimentos memoráveis, principalmente os do calendário católico.

Pensar a festa, os cenários efêmeros e o luxo presente nas comemorações setecentistas e a sua relação com a construção do poder é o mote deste artigo. Caberia, então, refletir sobre a importância das festas e comemorações para as sociedades de Antigo Regime, e o seu estudo deveria considerá-las também como um momento de inversão e interrupção da vida cotidiana. O tempo festivo desenrolava-se diferentemente do suceder diário dos acontecimentos (MITRE, 2003, p. 11-28; ELIADE, 1998). Para Mircea Eliade, o momento festivo caracteriza-se pela suspensão da temporalidade, do dia-a-dia, e esclarece:

O homem religioso sente necessidade de mergulhar por vezes nesse tempo sagrado e indestrutível. Para ele, é o tempo sagrado que torna possível o tempo ordinário, a duração profana em que se desenrola toda a existência humana. É o eterno presente do acontecimento mítico que torna possível a duração profana dos eventos históricos. (ELIADE, 1996, p. 79)

Edward Palmer Thompson, por sua vez, alude aos antigos costumes que sobrevivem nos recantos obscuros da Inglaterra, desafiando a marcha do progresso, cuja moderna existência não conseguiu sufocar. Cita o hábito de se decorar poços de água com arranjos florais para agradecer às divindades o suprimento abundante de água pura; a cerimônia anual de levar junco para a igreja e espalhar pelo chão; o costume de decorar as paredes, como também as festas em agradecimento às boas colheitas, e mesmo a procissão para ridicularizar o esposo ou esposa infieis (THOMPSON, 1998).

Verifica-se que muitos desses costumes remontam às tradições da Antiguidade Clássica. A título de exemplo, faz-se referência à tradição romana

de depositar oferendas ou fazer sacrifícios de animais (cordeiros) aos deuses, nos templos (COULANGES, 1995; MOSSÉ, 2004; GINZBURG, 2001, p. 85-103). Muda-se o templo pagão para a Igreja cristã, mas, certamente, alguns gestos cerimoniais comungam um senso religioso semelhante. Exemplifica-se, aqui, com Portugal, no Setecentos, quando a Gazeta de Lisboa¹⁵ noticiou a suntuosa procissão ocorrida em Santarém, a 13 de fevereiro de 1738, para pedir chuvas:

Experimentando-se nesta vila, e nos campos circunvizinhos uma seca universal por alta de chuvas, e havendo-se feito várias procissões de preces para pedir a misericórdia de Deus um socorro tão preciso para a subsistência dos habitantes, o senado da câmara em nome da mesma vila se juntou com o clero, e convieram em pedir licença ao Ilustríssimo Cabido da Sé de Lisboa Oriental, para poderem trazer em procissão pela vila o Santíssimo Milagre, que há 504 anos se conserva com grande devoção dos fiéis na Igreja Paroquial de Santo Estevam da mesma vila, por haver experiência, e tradição, que no ano, em que sai em público é fértil e abundante. (GAZETA, 1738, n. 9)

Após aprovação por escrito, realizou-se procissão em que foram conduzidas as cruzes da Colegiada de Alcaçova, das irmandades do Santíssimo das paróquias existentes nos três bairros da vila, participando do cortejo também os representantes dos religiosos Agostinhos Descalços, Terceiros, os Observantes de São Francisco, demais religiosos, clérigos e párocos, com suas capas pluviais. O Santíssimo Milagre foi conduzido debaixo de um pálio pelo reverendo vigário. A municipalidade acompanhou a procissão em corpo de câmara, e foi igualmente seguida por soldados e finalizada por “grande quantidade de povo”. O regimento de dragões, aquartelado na vila, dividiu-se em três grupos, a saber: à porta da igreja, na praça, e no terreiro em Piedade, todos dispararam suas armas, quando da passagem do Santíssimo (GAZETA, 1738, n. 9). Mas os costumes de pedir por chuvas e agradecer quando elas aconteciam ou reverenciar aos deuses pela boa colheita não faziam parte de um fundo comum a outras culturas, anteriores à época Moderna? Se fosse possível ir mais longe, neste estudo, as reflexões passariam obrigatoriamente pela interface entre história e antropologia.¹⁶

Embora o texto de Simão Ferreira Machado não faça referências diretas aos artistas e oficiais mecânicos que foram responsáveis pela elaboração

¹⁵ Periódico extra-oficial do governo português, que circulou com esse título, mais ou menos ininterruptamente, de 1715 a 1762. Após essa data, o mesmo foi suspenso por ordem do marquês de Pombal, voltando a circular somente em 1778, já sob o governo de D. Maria I. Noticiava as principais conquistas do Império pelas quatro partes do mundo, assim como aspectos da vida cotidiana da corte e dos nobres.

¹⁶ Ver, por exemplo: LÉVI-STRAUSS, 2005; 2007; FRAZER, 1982.

das armações efêmeras que serviram de cenário para a realização do Triunfo Eucarístico, pelos pormenores descritivos, evidenciou-se a contratação de profissionais qualificados, tamanha a suntuosidade dos aparatos descritos. Assim como nessa solenidade da Igreja, assistiu-se à realização das exéquias de D. João V, ambientadas igualmente em Vila Rica, em 1751. Para essa celebração fúnebre, foi possível saber quais artistas e oficiais mecânicos estiveram envolvidos na execução das arquiteturas fingidas. Observa-se que, já na primeira metade do século XVIII, existiam, na capitania das Minas do Ouro, profissionais qualificados para atenderem às demandas da Igreja, monarquia lusa e câmaras municipais.

Por meio dessas festas, o soberano regente de Portugal desejava engajar a participação de seus súditos – do governador aos mais altos funcionários, até os escravos, responsáveis pelos serviços braçais –, todos deveriam ser inseridos no corpo simbólico do Estado. Além de afirmar e sedimentar as identidades sociais, acreditava-se, esse ritual renovava a legitimidade política do Estado, personificada na figura majestática do soberano, posto que revelava a todos o pertencimento ao corpo da realeza, isso porque: “A festa funciona como mecanismo de produção de afetos políticos conformes, como criadora de comunicações emocionais” (ANSART, 1983, p. 32).

Se a monarquia evocava seus vassallos nos momentos festivos e os conclamava a participarem desses instantes de alegria, também os informava de tragédias pessoais. Em 1750, D. frei Manuel da Cruz, bispo de Mariana, foi notificado da morte de D. João V, recebendo do novo rei (D. José I) a ordem para que, em todos os seus domínios, se fizessem “as demonstrações católicas militares e políticas costumadas na morte de S. Majestade portuguesa”, e permanecesse o Brasil em “luto apertado por seis meses”. Para isso, informou a todas cidades e vilas, e aos bispos das dioceses, para que, assim, quisessem “ter a benevolência de exercitar o piedoso zelo a bem de uma alma que com tão repetidos benefícios e doações enriqueceu e respeitou o estado eclesiástico” (SC-93, fl. 225v).

Considerações finais

A Coroa portuguesa tinha, na comemoração desses festejos reais por seus vassallos, uma forma sutil de participá-los da vida na corte e de inseri-los no corpo simbólico do Estado, demonstrando que todos, enfim, faziam parte dos domínios de Portugal, e que, portanto, deviam se alegrar com o nascimento e as bodas dos príncipes e infantes; deviam, igualmente, se entristecer, e assumir o luto pela morte do monarca. Assim, certamente se buscava afirmar a legitimidade do mando, estabelecendo contato com seus súditos, projetando a imagem inabalável do rei como pai, protetor dos povos.

Acredita-se que os festejos reais, bem como as festas religiosas, como afirmou Fritz Teixeira de Salles, “atuavam no espírito popular de forma sedutora e impressionante” (1963, p. 101), eram criados visando a atrair e a incorporar a população para o corpo do Estado, justificando-se os gastos ordinários. Vale lembrar que esses acontecimentos festivos se inseriam em uma lógica outra, diversa dos paradigmas contemporâneos. Por falta de mecanismos efetivos de controle nas Minas, o que foi visto na contemporaneidade por alguns pesquisadores como “gastos improdutivos” eram, naquela época, forma clara de exaltação da cristandade e do rei, designado como pai zeloso da vida espiritual e temporal de seus fiéis.

Quanto à análise das festas, que já contempla inúmeras interpretações,¹⁷ cabe, neste momento, uma ressalva. Se as festas eram claramente motivadas e dirigidas prudentemente, no caso em pauta, buscando-se criar uma ligação afetiva com a população, não se deseja concluir com isso que, dentro da festa, permaneça a harmonia, que não haja irrupções de violência, pois, confirmando a máxima de Weber (2000), de que a violência é o recurso último da política, e, como disse Yves-Marie Bercé, autor que faz uma análise das festas no Antigo Regime na Europa, os soldados não eram figuras decorativas, mas uma forma de imposição da ordem (BERCÉ, 1994, p. 15, 56). Com tudo isso, esse é um momento especial, quando se intenta criar uma afinidade e até mesmo uma afetividade entre as populações e o rei; quando a sua imagem é reforçada, bem como a dependência de seus vassalos.

No centro da problemática do político está a necessidade de se manter o poder do Estado e, no caso de Portugal, pela dilatação de seu império, esse devia produzir técnicas eficazes para espelhar modelos de comportamento social ajustados à construção de sua autoimagem e para o controle da violência social. Criado e desenvolvido por longo tempo, difundido até o seu enraizamento pelo imaginário religioso cristão e sempre reafirmado pelos predicadores nos sermões, durante as festas religiosas, nas homilias dominicais, o poder régio, embora de direito, precisava ser legitimado e tornado consensual, ou seja, carecia ser construído socialmente. Deve-se, portanto, buscar a construção do político não somente em seu registro mais aparente, em que tradicionalmente é procurado – nas relações de poder entre as autoridades –, mas também em causas profundas que se radicam no imaginário religioso. Nesse caso, a festa é um dos elementos em que se pode observá-la.

¹⁷ Segundo Yves-Marie Bercé, o exercício do poder temporal necessitava de uma consagração religiosa e da adesão popular. Nesse sentido, a utilização das festas, realizadas e conduzidas conscientemente foram um meio de propaganda do rei, através do simbolismo político, do uso das artes, da moralização, de canções, de imagens alegóricas. (BERCÉ, 1994). Remete-se aqui também aos trabalhos de: ANSART, 1983; OZOUF, 1976, p. 216-232 e CARDIM, 2001, p. 97-126.

Referências

Fontes

ARQUIVO Público Mineiro (APM), Secretaria de Governo (Sessão Colonial), **código 20**, folha 66. De forma resumida cita-se: SC-20, fl. 66. Carta régia informa o nascimento do príncipe, comunicando a todos os seus vassalalos para que participem dos festejos. Lisboa, 24 de setembro de 1723. O mesmo documento foi copiado em SC-23, fl. 20v.

SC-17, fl. 173, 173v. **Carta do governador dom Lourenço de Almeida “a todas as câmaras deste governo”**. Vila Rica, 14 de maio de 1728.

SC-27, fl. 20v-21. **Bando informando o casamento dos príncipes de Portugal e Espanha, ordenando a colocação de luminárias nas casas por três dias**. Vila Rica, 06 de maio de 1726.

SC-93, fl. 225v. **Carta ao bispo de Mariana, informando a morte de dom João V**. Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1750.

ARQUIVO Público Mineiro, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, **código 26**, folha 2 verso (CMOP-26, fl. 2v). Data: 1730/1731.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, v. 1 a 4; Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva; v. 5 a 8, 1712-1721, CD-rom produzido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

GAZETA de Lisboa Occidental. n. 9. Quinta-feira, 27 de fevereiro de 1738. In: Biblioteca On-line. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa. Disponível em: <<http://arquivodigital-7cv.blogspot.com/2010/03/gazeta-de-lisboa-numeros-1-52-1741-1742.html>>. Acesso em 02/04/2009.

MACHADO, Simão Ferreira. Triunfo Eucarístico: exemplar da cristandade lusitana em pública exaltação da Fé na solene transladação do Diviníssimo Sacramento da Igreja da Senhora do Rosário, para um novo templo da Senhora do Pilar em Vila Rica, Corte da Capitania das Minas. Lisboa Ocidental: Oficina da Música, 1734. In: ÁVILA, Affonso. **Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. Reprodução Fac-símile da Edição Príncipe, v. 1.

REVISTA do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Belo Horizonte, v.10, 1905, p. 722. **Casamento de dom Pedro**, festas em Sabará. Sabará, 28 de junho de 1817.

REVISTA do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XXX, 1979, p. 262.

REVISTA do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v.30, 1979, p. 267. “**Sobre se festejarem nas Minas os casamentos de suas altezas**”. Lisboa, 15 de janeiro de 1728.

Bibliografia

ALVES, Rosana de Figueiredo Ângelo. **A venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará**: pompa barroca, manifestações artísticas e as cerimônias da Semana Santa (século XVIII a meados do século XIX). Belo Horizonte, UFMG, 1999. (Dissertação, Mestrado em História).

ANASTASIA, Carla Maria Junho et al. **Dos bandeirantes aos modernistas**: um estudo histórico sobre Vila Rica. Oficina do Inconfidência: revista de trabalho, Ouro Preto, n. 1, dez. 1999.

ANSART, Pierre. **La Gestion des passions politiques**. Lausanne: Edition L'Age d'Homme, 1983.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. **Os artífices do sagrado e arte religiosa nas Minas setecentistas**: trabalho e vida cotidiana. Belo Horizonte: UFMG, 2010. (Tese, Doutorado em História).

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. Triunfo Eucarístico nas Minas setecentistas: a arte efêmera e a retórica barroca. In: IV Simpósio Internacional de Estudos sobre a América Colonial - CASO, novembro de 2008. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (**Anais eletrônicos**).

ÁVILA, Affonso. **Iniciação ao Barroco Mineiro**. São Paulo: Nobel, 1984.

ÁVILA, Affonso. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**: áurea idade da áurea terra. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ÁVILA, Affonso. **Resíduos seiscentistas em Minas**: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967.

AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise**: a conquista espiritual e o padroado na Bahia. São Paulo: Ática, 1978.

BEBIANO, Rui. **D. João V poder e espetáculo**. Aveiro: Livraria Estante Editora, 1987.

BERCÉ, Yves-Marie. **Fête et révolte**: des mentalités populaires du XVIe. Au XVIIIe. Siécle. Paris: Hachette, 1994.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, C. R. **O império marítimo português – 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão nobiliárquica nas solenidades do Setecentos mineiro. In: X Encontro Regional de História, 22 a 26 de julho de 1996, Mariana. **Anais...** Mariana: ANPUH/UFOP, 1996, p. 111-122.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **O Triunfo Eucarístico**: hierarquias e universalidades. Barroco, Belo Horizonte, n. 15, p. 461-467, 1990/92.

CARDIM, Pedro. Entradas solenes: rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII. In: JANSÓ, István; KANTOR, Íris (orgs.). **Festa, cultura e sociedade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Edusp/FAPESP, Vol. 1, 2001, p. 97-126.

CARRATO, J. Ferreira. **Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

DIAS, Renato da Silva. **Para a glória de Deus e do rei?** Política, religião e escravismo nas Minas do Ouro (1693-1745). Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Tese, Doutorado em História).

DIAS, Renato da Silva. Príncipes negros nas festas de brancos: Poder, revolta e identidades escravas nas Minas setecentistas. **Almanack Braziliense**, v. 2, p. 114-125, 2011.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes: 1996.

ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FRAZER, James. A oração do xamã para fazer chover. In: **O ramo de ouro**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In: **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A estrutura na antiga sociedade portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1971.

GUTIÉRREZ, Ramón (coord.) **Pintura, escultura y artes útiles en iberoamérica, 1500-1825**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

HESPAÑA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político, Portugal, séc.XVII. Lisboa, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 2005.

MARAVALL, José Antônio. **A cultura do Barroco**: análise de uma estrutura histórica. São Paulo: EDUSP, 1997.

MITRE, Antônio. História, memória e esquecimento. In: **O dilema do centauro**: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 11-28.

MOSSÉ, Claude. **Dicionário da civilização grega**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PEREIRA, José Fernandes (dir.); PEREIRA, Paulo (coord.). **Dicionário da arte barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do Ouro**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1963.

SMITH, Robert. Os mausoléus de D. João V nas quatro partes do mundo. **Revista da Faculdade de Letras de Lisboa**. Tomo XXI, Série II, n. 1, p. 123-156, 1955.

SUBTIL, José. Os poderes do centro: governo e administração. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v.4, p. 157-193.

TEDIM, José Manuel. O triunfo da festa barroca: a troca das princesas. In: PEREIRA, João Castel-Branco (coord.). **Arte efêmera em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 174-193.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELLOS, Sylvio de. A arquitetura colonial mineira. **Revista Barroco**, Belo Horizonte, n.10, p.07-26, 1978/79.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. **Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras: 1664-1897**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

VILLARI, Rosário (coord.). **El hombre barroco**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

VITERBO, Souza. **Artes e artistas em Portugal**: contribuições para a história das artes e indústrias portuguesas. Lisboa: Livraria Ferin, 1920.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 2000.

Recebido em 01/04/2013, aceito em 17/07/2013